

## Ensaio

**SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA: ANÁLISE, REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES**

**Isis Baldini Elias** | Conservadora-restauradora de obras de arte, é Doutora pela Universidade de São Paulo, com pesquisa em conservação de arte contemporânea, autora do livro “Valor de Contemporaneidade: Conservação e Restauro de Obras de Arte”, publicado em 2016, coordenadora do GECAC – Grupo de Estudo em Conservação de Arte Contemporânea – do Fórum Permanente e IEA/USP e presidente da ABER, Associação Brasileira de Encadernação e Restauro. Email: [isisbaldini@gmail.com](mailto:isisbaldini@gmail.com)

*Perda de informação e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio*, edição n. 11 da *Revista do Arquivo*, evidencia e traz para a discussão um tema que não é recente, mas que só é lembrado quando acontece algum sinistro com repercussão nos meios de comunicação. Infelizmente, como a própria chamada da Revista enfatiza, as diversas modalidades do patrimônio documental, histórico, artístico e cultural não costumam ser tratadas como prioridade, em diversos países. Vítimas de guerras e saques, da ignorância científico-cultural, do descaso de gestores, de atos de violência gratuita e vandalismo, de calamidades naturais, de xenofobia e intolerância, de situações de crises humanitárias generalizadas, de sociedades que primam pelo interesse exclusivo no objeto-mercadoria, mas também de acidentes, o patrimônio cultural sobrevive em risco permanente.

Embora esta edição da revista tenha sido pensada em um momento anterior e estejamos vivendo um período complexo imposto pela pandemia do novo coronavírus, isto não a torna menos relevante. Os sinistros que podem afetar o patrimônio cultural, infelizmente, não entraram em quarentena; em abril ocorreu o incêndio das ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, no estado do Espírito Santo; em junho o incêndio da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, em Paraty, no estado do Rio de Janeiro; e, em julho presenciamos a Catedral de Nantes, na França, se queimar em um incêndio intencional. As chuvas torrenciais ocasionaram inundações na China, em junho, destruindo uma ponte de 400 anos, localizada na cidade de Zhangjuajie, província de Hunan, construída no período entre as dinastias Ming e Qi; e enchentes inundaram cidades de vários países como Itália, Índia, Nepal e Bangladesh. Além disso, temos presenciado, em diversas cidades do mundo, atos de vandalismos e derrubada de estátuas e de monumentos históricos ligados a pauta anticolonialista, criando uma fervorosa, ampla e inconclusiva discussão.

Situações de emergência que atingem em diferentes proporções o patrimônio cultural, sejam provocadas por fenômenos naturais ou ações humanas, estão cada vez mais comuns em nossa atualidade; o que não deixa de ser um paradoxo, pois esta é a época que mais conhecimento e tecnologia possui para minimizar e até evitar os desdobramentos nocivos de prováveis sinistros.

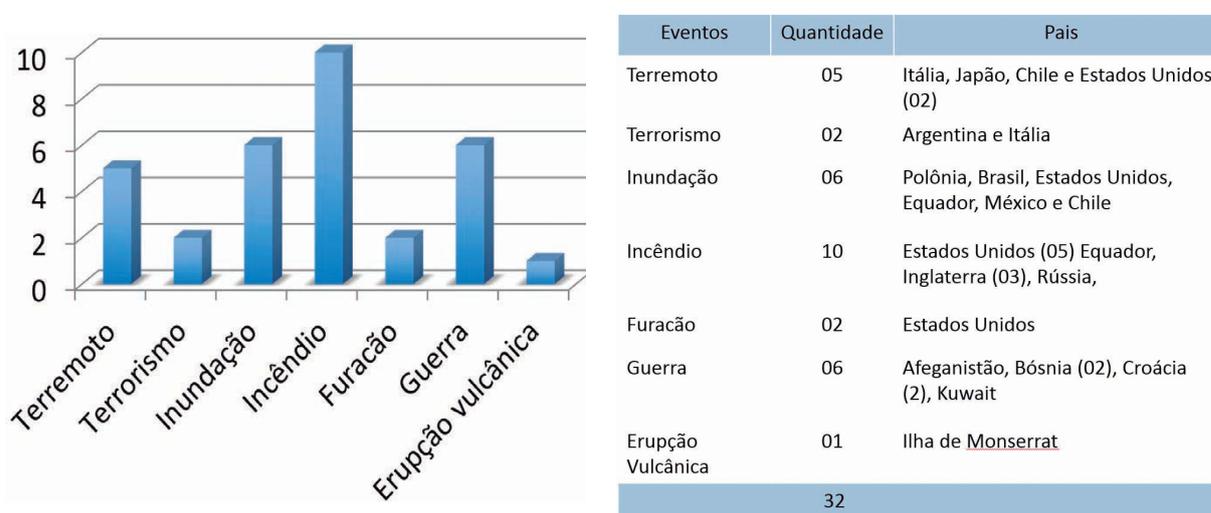
Por outro lado, o bombardeio de imagens e de notícias envolvendo a destruição do patrimônio cultural por terremotos, inundações, incêndios, furacões, erupções vulcânicas, guerras, terrorismos, vandalismos e ignorância têm ocasionado um entorpecimento emocional e relativizado o problema. Passamos a considerar normal o que não é normal, considerar fatalidade o que é crime, considerar que não houve responsabilização quando houve omissão e escolhas imprudentes. Não estamos tendo consciência das consequências que a perda da memória material pode ocasionar no desenvolvimento de um povo.

De toda forma, no Brasil, seja pela pouca sensibilidade da população, seja pela ignorância ou desinteresse calculado da classe política e/ou de gestores culturais, o tema não tem recebido a atenção devida. Como resultado, os sinistros se repetem atingindo as mesmas instituições sucessivas vezes. Quando não existe reflexão, os erros não são avaliados dentro da seriedade necessária e não impulsionam as mudanças essenciais para que não se repitam. Dentro deste cenário peculiar de nossa contemporaneidade local, as situações de risco continuam presentes e inalteradas.

## Sinistros no mundo: de 1980 a 1999

Para melhor contextualizar o problema, vamos começar analisando os eventos relatados nas duas últimas décadas do século XX. Segundo DORGE & JONES (1999), neste período, 32 instituições culturais foram atingidas por sinistros de naturezas diversas. Os fortes terremotos, por exemplo, que atingiram a cidade de Assis, na Itália, no dia 26 de setembro de 1997, danificaram severamente a Basílica de São Francisco de Assis, destruindo parte do teto e um afresco de Cimabue. Poucos anos antes, em 1993, a *Galleria delli Uffizzi*, em Florença, também na Itália, sofreu um atentado à bomba que danificou algumas salas de exposições e o corredor de Vasari. No Rio de Janeiro, as águas da tempestade que caíram na madrugada do dia 20 de agosto de 1995, entraram por um buraco no telhado e atingiram os três andares do Museu Nacional, ocasionando avarias significativas ao acervo e danos severos em uma múmia de três mil anos e em um esqueleto completo de dinossauro de 80 milhões de anos. Em setembro de 1989, o Furacão Hugo danificou mais de 200 edifícios históricos em Charlotte, na Carolina do Norte. As chamas que invadiram a Biblioteca da Academia Russa de Ciências, em 1988, destruíram 400.000 volumes de livros raros e deixaram mais de 3,6 milhões de livros molhados pela água utilizada pelos bombeiros. Além disso, as guerras que ocorreram, de 1990 a 1993, causaram danos ao Museu Nacional do Afeganistão, ao Museu Nacional do Kuwait e em inúmeros prédios históricos da Bósnia e da Croácia. São perdas impossíveis de serem mensuradas, seja pelo valor venal, seja pelo valor simbólico, histórico, artístico e/ou documental.

**Gráfico 1: Exemplos de eventos que afetaram instituições culturais, de 1980 a 1999**



Fonte: DORGE & JONES (1999)

Fica evidente, quando olhamos o *Gráfico 1*, que o fator que mais atingiu o patrimônio cultural no período especificado foi o incêndio, seguido pela inundação e pela guerra, ambos de forma igual. Embora os números sejam preocupantes, deve-se considerar que provavelmente estejam subnotificados. O único evento listado por DORGE & JONES (1999) no Brasil, por exemplo, foi a inundação que ocorreu no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1995, embora, só na cidade de São Paulo, possam ser adicionados dois sinistros ocasionado pelas chuvas: o da Fundação Bienal de São Paulo<sup>1</sup> e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), ambos em 1998.

DORGE & JONES (1999), por exemplo, listam dez incêndios no mundo neste período e TÉTREAUULT (2020) relata que somente na província de Quebec, no Canadá, de 1998 a 2002, ocorreram treze incêndios em bibliotecas e, de 1994 a 2004, mais de 100 incêndios em museus e galerias de arte no país. Muitos destes incêndios, conforme explica o autor, não foram relatados às autoridades competentes porque eram pequenos e não precisaram do corpo de bombeiros para controlá-los. Sobre isso, HARMATHY ET AL. (1989) estima que 22% de todos os incêndios que ocorreram nos

<sup>1</sup> Durante a XXIV Bienal de São Paulo

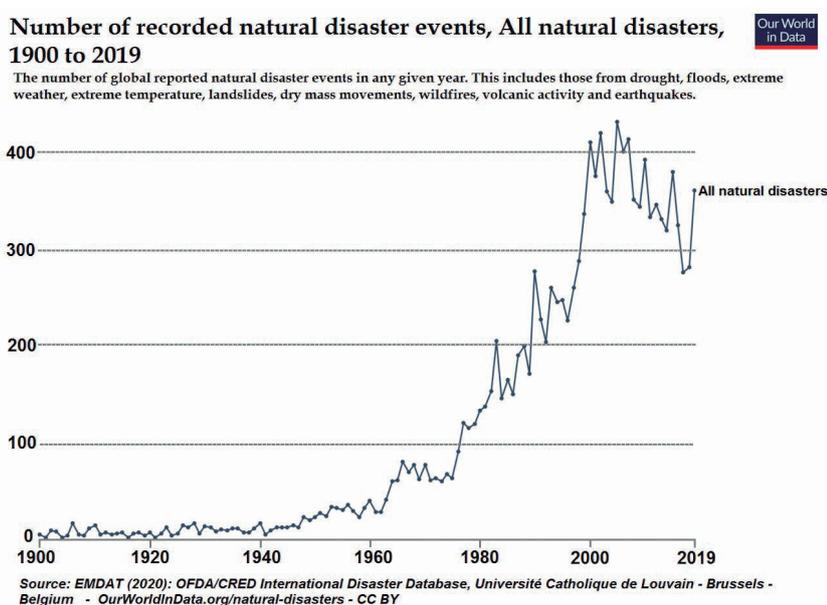
Estados Unidos não foram relatados ou foram classificados como indeterminados. Deve-se incluir aqui, também, o incêndio da Igreja Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Mariana, Minas Gerais, em 1999.

As subnotificações, em caso dos incêndios, ocorrem com mais frequência quando se consegue controlar os sinistros internamente. Normalmente, os incêndios quando provocados por falta de manutenção, fiações deficientes, sobrecargas de energia, enfim, fatores diretamente ligados à negligência ou ignorância humana, só vêm a conhecimento público quando atingem proporções que impossibilitam negar sua existência.

## Eventos naturais como fatores de preocupação

Analisando o *Gráfico 1*, constata-se um total de quatorze eventos provocados por acidentes naturais, quase a metade do total de ocorrências listadas. Este dado é significativo e se torna preocupante quando analisamos o *Gráfico 2*, do *Our World in Data*<sup>2</sup>, que registra os desastres ocasionados pelos eventos naturais – inundações, clima extremo, deslizamento de terra, movimentos de massa seca, incêndios florestais, atividades vulcânicas e terremotos – desde o ano de 1900.

**Gráfico 2: Números de eventos naturais registrados, de 1900 a 2019**



Como se pode observar, até o ano de 1980 o gráfico apresenta alterações, mas se mantém abaixo de 100 desastres/ano. A partir desta data, a curva é acentuada e exponencial tendo o maior pico em 2005, com 432 eventos registrados. No ano passado, por exemplo, depois de uma pequena queda nos anos anteriores, foram registrados 361 eventos. Embora o *Our World in Data* não registre especificamente os acidentes naturais que impactaram o patrimônio cultural, sabe-se que a “ira da natureza”, conforme descreve DORGE & JONES (1999), representa uma ameaça comum e contínua às instituições culturais de todo o mundo. Tornou-se “comum” ver a Praça San Marco, em Veneza, inundada quase que anualmente, a terra tremer no Chile, grandes queimadas nas áreas florestais protegidas, deslizamentos de terra, tufões e furacões.

Deve-se considerar também, ao analisar o gráfico que, devido ao avanço da tecnologia, os relatos e registros de ocorrências atuais são mais completos que os antigos, o que pode ter ocasionado subnotificações, como o site mesmo afirma. De toda forma, mesmo com prováveis lacunas nos anos anteriores, a curva ascendente evoca uma série de questionamentos, preocupações e a certeza de que devemos preparar as instituições para acidentes naturais cada vez mais significativos. Por outro lado, com os avanços tecnológicos é possível

<sup>2</sup> Disponível no endereço: <https://ourworldindata.org/grapher/number-of-natural-disaster-events>

dizer, de maneira precisa, onde, quando e com que amplitude o acidente ou catástrofe vai chegar ao seu máximo, os níveis das águas, a velocidade dos ventos, a força do fogo e alertar, o mais rapidamente possível, as pessoas interessadas, o que pode diminuir o impacto negativo.

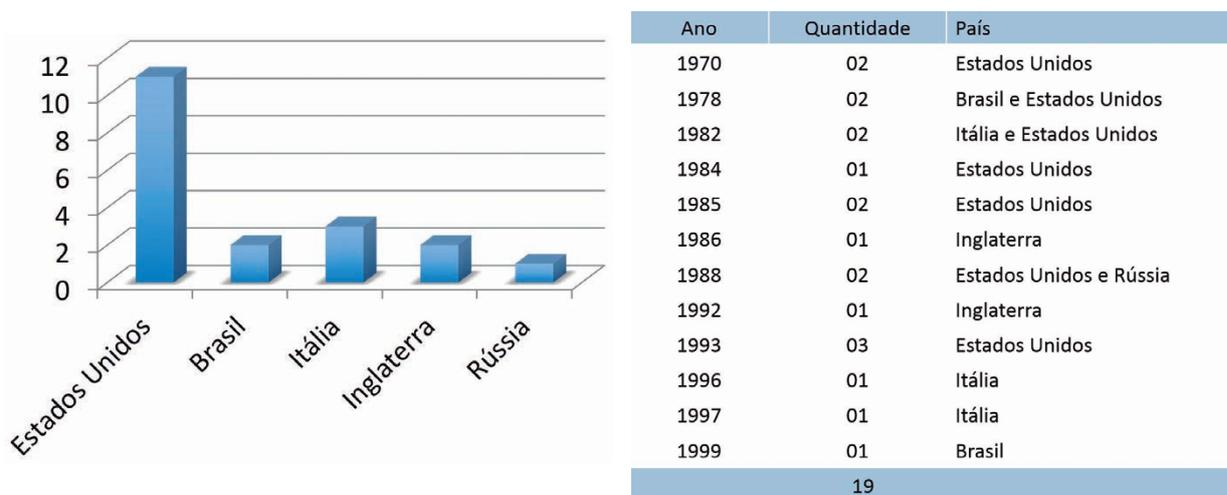
## Incêndios e o patrimônio cultural

Como o incêndio foi o fenômeno que apresentou maior incidência de ocorrências e por ser este um fator que, como explica ONO (2004), assola a todos, independente de condições econômicas, políticas ou geográficas e que, na maioria das vezes, tem efeitos devastadores, causando perdas totais e danos irreparáveis, é essencial que seja explorado mais profundamente.

Torna-se necessário, também, para contextualizá-lo adequadamente dentro do cenário nacional, ampliar o recorte cronológico para que a análise comporte o primeiro incêndio de grandes proporções a atingir uma instituição museológica em terras brasileiras, o do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ).

Na Madrugada do dia 8 de julho de 1978, o Rio de Janeiro e o Brasil acordaram mais pobres, praticamente todo o acervo do MAM-RJ foi destruído por um incêndio. Quase mil obras se perderam: Picasso, Volpi, Salvador Dali, Portinari, Henri Matisse, Kandinsky, Paul Klee, Ben Nicholson, dentre outros. Além disso, as chamas levaram 70 obras do artista uruguaio, Torres Garcia, pertencentes à família, e que estavam emprestadas para uma exposição temporária na instituição. A hipótese levantada na ocasião foi de sobrecarga de tensão no sistema elétrico ou fiação elétrica deficiente, mas até hoje as causas não foram esclarecidas.

**Gráfico 3: Alguns incêndios que afetaram instituições culturais, de 1970 a 1999, no mundo**



Fonte: DORGE & JONES (1999) e veículos de comunicação

Conforme se pode observar no *Gráfico 3*<sup>3</sup>, nos últimos 30 anos do século XX, o mundo presenciou dezenove incêndios de grandes proporções em instituições culturais sendo que, destes, onze ocorreram em solo americano e apenas dois no Brasil, os demais ocorreram na Inglaterra, Rússia e Itália. É interessante apontar

<sup>3</sup> No gráfico 3 além dos incêndios apontados por DORGE & JONES (1999) foram inseridos três incêndios ocorridos na Itália e um no Brasil. Instituições listadas no Gráfico 3: The Henry Ford Museum, Michigan, EUA (1970); National Museum of American History, Washington, D.C. EUA (1970); San Diego Aerospace Museum, Califórnia, EUA (1978); Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Brasil (1978); Franklin D. Roosevelt National Historic Site, New York, EUA (1982); Palácio do Vignola, Todi, Itália (1982); Byer Museum of Art, Illinois, EUA (1984); Los Angeles Public Library, Califórnia, EUA (1985); Huntington Gallery, Califórnia, EUA (1985); Hampton Court Apartments, Inglaterra (1986); Library of the Russian Academy of Science, Leningrado, Rússia (1988); The Cabildo, Louisiana State Museum, Louisiana, EUA (1988); Windsor Castle, Berkshire, Inglaterra (1992); Yuma Arizona Art Center, Arizona, EUA (1993); Oshkosh Pubic Museum, Wisconsin, EUA (1993); Oakland Museum, Califórnia, EUA (1993); Teatro La Fenice, Veneza, Itália (1996); Capela do Santo Sudário, Turim, Itália (1997); Igreja Nossa Senhora do Carmo, Mariana, Minas Gerais, Brasil (1999).

que, dentre os incêndios que tiveram sua origem identificada, apenas dois foram criminosos<sup>4</sup>. A grande maioria está ligada, de alguma forma, a deficiências na rede elétrica, seja por sobrecarga de energia, curto-circuito ou fiação deficiente, ou seja, poderiam ter sido evitados.

**Gráfico 4: Alguns incêndios que afetaram instituições culturais, de 2000 a 2020, no mundo**



Fonte: Veículos de comunicação

No entanto, quando se analisa os incêndios que impactaram o patrimônio cultural e artístico no século XXI, Gráfico 4<sup>5</sup>, observa-se uma alteração significativa no mapa geográfico das incidências. Os Estados Unidos que lideraram isoladamente os sinistros com fogo no final do século XX, não foram protagonistas de nenhum incêndio de grandes proporções no século XXI. Esta mudança positiva foi resultado de um amplo trabalho e de implantação de normas direcionadas para a segurança contra incêndios em edificações históricas, artísticas e/ou documentais. A norma NFPA909: *Protection of Cultural Resources*, na edição de 2001, e a NFPA 914: *Fire Protection in Historic Structures*, por exemplo, além de ser referência para projetistas e instaladores de sistema de proteção contra incêndio, também destaca a necessidade de Planos de Emergência, de critérios mínimos para implementação de um programa de prevenção de incêndios, de medidas de segurança para novas construções e para reformas em edificações existentes, da importância da manutenção preventiva e corretiva e as particularidades de diferentes tipos de uso de edifícios históricos ou que abrigam acervos histórico-culturais (ONO, 2004). Além disso, o NFPA estabeleceu um tempo total de resposta de até 6 minutos, o que é decisivo no controle do incêndio e salvaguarda do patrimônio. Vale registrar que no caso do incêndio da Igreja Nossa Senhora do Rosário<sup>6</sup>, de Pirenópolis, o tempo de resposta foi de duas horas; quando os bombeiros chegaram as chamas já haviam consumido parte da edificação.

O Brasil, nas duas primeiras décadas deste século, tem liderado isoladamente os sinistros com fogo, como pode ser observado no Gráfico 4; dos vinte incêndios ocorridos no mundo, treze foram em solo

<sup>4</sup> Segundo DORGE& JONES (1999), são eles: o incêndio ocorrido em 22/02/1978 no San Diego Aerospace Museum e o incêndio ocorrido em 19/04/1885 no Los Angeles Public Library.

<sup>5</sup> Instituições listadas no Gráfico 4: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Pirenópolis, Brasil (2002); Centro Cultural São Paulo, São Paulo, Brasil (2007); Teatro da Cultura Artística, São Paulo, Brasil (2008); Instituto Butantan, São Paulo, Brasil (2010); Cidade da Ciência, Nápoles, Itália (2012); Memorial da América Latina, São Paulo, Brasil (2013); Igreja San Francisco, Valparaíso, Chile (2013); Teatro Santiago, Santiago, Chile (2013); Palácio Iñiguez, Santiago, Chile (2013); Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil (2013); Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo, Brasil (2014); Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, Brasil (2015); Museu de História Natural da Índia, Nova Délhi, Índia (2016); Cinemateca Brasileira, São Paulo, Brasil (2016); Museu Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (2018); Catedral de Notre-Dame, Paris, França (2019); Museu de História Natural, Belo Horizonte, Brasil (2020); Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Guarapari, Brasil (2020); Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Paraty, Brasil (2020); Catedral de Nantes, França (2020).

<sup>6</sup> O incêndio começou às 2h da manhã e o caminhão pipa chegou ao local às 4h. Fonte: <https://pirenopolis.tur.br/turismo/atrativos/centro-historico/igreja-matriz/matriz-incendio>

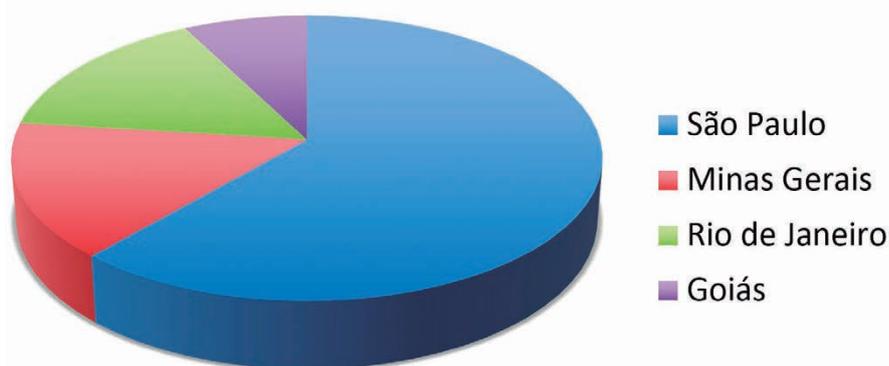
brasileiro. Infelizmente, o incêndio no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, que ocasionou a perda de 90% do acervo, não foi suficiente para que o país implementasse as mudanças necessárias para minimizar os riscos de novas ocorrências. Aliás, em 1982, apenas quatro anos após o evento e com o Museu totalmente restaurado, houve novo princípio de incêndio. O fogo, que começou às 4h30 e durou 15 minutos, surgiu de um curto-circuito no compartimento que abrigava o aparelho de ar condicionado. O incêndio só não foi maior porque os seguranças, responsáveis pela ronda, conseguiram conter as chamas.

Esta não reflexão traduzida em displicência governamental, que não elaborou e implantou as normativas necessárias para proteção do patrimônio cultural em situação de emergência, ditou as consequências nas décadas posteriores.

No Gráfico 5, é possível evidenciar, também, o protagonismo do Estado de São Paulo; 63% dos sinistros registrados ocorreram em solo paulista. Se analisarmos esta porcentagem considerando a quantidade de museus no Estado e no país, o resultado pode ser mais surpreendente. Segundo a plataforma federal de museus brasileiros, Museusbr, o país tem cadastrados 3.880 museus<sup>7</sup>, sendo que, deste total, 675 estão no Estado de São Paulo, ou seja, 17% dos museus no país. Vale salientar que a plataforma não registra, por exemplo, edificações tombadas, arquivos e bibliotecas. Por outro lado, se a análise atentar para as perdas advindas destes e não para a quantidade, o incêndio do Museu Nacional, do Rio de Janeiro, com uma perda estimada em 20 milhões de itens, só encontra precedente, no país, com o incêndio ocorrido no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1978.

De toda forma, deve-se considerar que este número, embora alarmante, reproduza apenas aqueles incêndios veiculados pelos meios de comunicação. Segundo levantamento feito, em 2009, pelo Coronel Eduardo Nocetti Holms, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, de 1999 a 2008<sup>8</sup>, ocorreram 86 incêndios<sup>9</sup> notificados em museus no Estado de São Paulo; e não estão sendo considerados, aqui, os incêndios não informados que foram controlados internamente pelas instituições. Segundo PEDERSOLI (2019), o número apresentado por Holms é absoluto, mas se integrado ao tamanho da população é possível calcular a probabilidade de incidência de incêndios no patrimônio a cada intervalo de trinta anos. O resultado não é animador, aponta que o Brasil está significativamente na frente dos demais países analisados, apresentando uma média de nove incêndios por ano e uma probabilidade de 40% de incêndios em museus a cada intervalo. Em segundo lugar vem o Canadá, com uma probabilidade de incêndios de 20% em Museus e 10% em bibliotecas.

**Gráfico 5: Alguns incêndios ocorridos no Brasil de 2000 a 2020**



É interessante também observar, como evidencia a Tabela 1, que a maioria dos incêndios registrados, ocorridos no Brasil, neste século, começou fora do horário de funcionamento das instituições; que nem sempre as causas são determinadas ou se veicula o resultado; que a maioria dos eventos foi consequência de ações humanas, intencionais ou não, como falha no sistema de construção, práticas inseguras, incêndio culposo e acidentes; que dentre os eventos, que tiveram sua causa determinada, a grande maioria teve alguma ligação com o sistema

<sup>7</sup> Dados levantados no dia 18 de setembro. Disponível no endereço: <http://museus.cultura.gov.br>

<sup>8</sup> Deste total, 12 ocorreram em 1999.

<sup>9</sup> Estatística apresentada em novembro de 2009, no Seminário Internacional do MAC USP, na apresentação "Segurança em Museus: um olhar multidisciplinar".

elétrico, seja mau funcionamento dos sistemas de climatização, sobrecarga de energia, fiação velha, defeituosa ou danificada; que nenhum incêndio foi ocasionado por acidentes naturais como, por exemplo, relâmpagos.

Conclui-se, assim, que muitos incêndios poderiam ter sido evitados através de legislação específica e medidas preventivas adequadas nos quesitos segurança e manutenção. TÉTREAUULT (2020) comenta que os equipamentos e sistemas de segurança devem não apenas estar instalados, mas ser inspecionados regularmente para garantir que estejam funcionando corretamente. Uma política de prevenção de riscos e de gestão de crise impõe exigências, e a legislação deve evoluir nesse sentido não apenas fazendo as leis, mas garantindo a sua execução. O patrimônio cultural se inscreve no quadro de um processo de desenvolvimento, mas deve-se constatar que foi raramente levado em consideração nos planos de prevenção de riscos maiores.

**Tabela 1: Alguns incêndios ocorridos no Brasil de 2000 a 2020**

Instituição	Data	Causa	Horário	Estado
Igreja Nossa Senhora do Rosário, Pirenópolis	05/09/2002	Indeterminada	02h	Goiás
Centro Cultural São Paulo, São Paulo	17/05/2007	Acidente	01h	São Paulo
Teatro Cultura Artística, São Paulo	17/08/2008	Indeterminada	05h	São Paulo
Instituto <u>Butantan</u>	15/05/2010	Superaquecimento de pedras de calor	≈ 07h	São Paulo
Memorial da América Latina, São Paulo	29/11/2013	Curto-circuito	15h	São Paulo
Museu de Ciências Naturais da PUC, Belo Horizonte	22/01/2013		18h	Minas Gerais
Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo	04/02/2014	Curto-circuito	Madrugada	São Paulo
Museu da Língua Portuguesa, São Paulo	21/12/2015		17h15	São Paulo
Cinemateca Brasileira, São Paulo	03/02/2016		Madrugada	São Paulo
Museu Nacional, Rio de Janeiro	02/09/2018	Sobrecarga Elétrica	19h30	Rio de Janeiro
Museu de História Natural da UFMG, Belo Horizonte	15/06/2020		5h30	Minas Gerais
Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Guarapari	09/04/2020		Noturno	São Paulo
Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Paraty	17/06/2020	Curto-circuito	Tarde	Rio de Janeiro

No Brasil, não existe uma legislação federal direcionada para a segurança contra incêndio em edificações históricas, museológicas, documentais ou bibliográficas. Fato agravado pela falta de órgãos fiscalizadores que garantam a segurança mínima dos edifícios culturais. Para ONO (2004), este panorama é intensificado quando acrescentamos a carência de mão-de-obra qualificada e de recursos para manutenção e segurança do patrimônio histórico existente em edifícios, principalmente quando estes pertencem a entidades públicas.

Com relação às normativas, HOLMS (2006-2019) comenta que alguns Corpos de Bombeiros Brasileiros, em seus *Códigos Estaduais de Segurança Contra Incêndios*, fazem alguma citação ao tema, porém não estabelecem medidas de proteção específicas para prédios históricos. Para ele, a primeira normativa neste sentido foi a Instrução Técnica N. 35, “Segurança contra Incêndio em Edificações que compõem o Patrimônio Cultural”, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), que objetiva estabelecer as medidas de segurança contra incêndio e pânico, visando atender as condições mínimas aceitáveis para proteção das edificações que compõem o patrimônio cultural do Estado, sejam estas, objetos de proteção no âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

A segunda normativa foi a Instrução Técnica N.40/2011<sup>10</sup>, “Edificações históricas, museus e instituições culturais com acervos museológicos”, de 2011, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que estabelece procedimentos diferenciados para a atuação na proteção de bens culturais em casos de emergência. A Instrução Técnica, que na versão inicial trazia recomendações básicas, sofreu alterações complementares nos anos subsequentes tornando-se referência para outros estados.

Além disso, após o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018, foi redigida a *Declaração do Rio de Janeiro sobre Redução do Risco de Incêndio no Patrimônio Cultural*<sup>11</sup>, como resultado do Seminário Internacional “Patrimônio em chamas: quem é o próximo? Gestão de risco e incêndio para o patrimônio cultural”, realizado em junho de 2019 no Rio de Janeiro. A Declaração conta com quatorze recomendações básicas, que abrangem desde a necessidade de legislação própria até a inclusão do tema no setor educacional, cuja implementação depende de vontade política e de comprometimento dos setores envolvidos para se obter resultados efetivos.

De toda forma, os riscos ligados às catástrofes, naturais ou não, atingem a todos: governos, associações de classe e cidadãos. O risco, segundo BECK (2011), é um estágio intermediário entre a segurança e a destruição. Assim, deve-se desenvolver uma “cultura de risco” sobre outras bases que não a da fatalidade. Uma política de prevenção de riscos deve permitir ações específicas para as áreas identificadas, os edifícios, as instituições, os bens e as coleções. Deve viabilizar o desenvolvimento de planos de segurança e emergência. No entanto, somente pessoas conscientizadas, treinadas e equipadas poderão participar eficazmente das etapas de preparação para o enfrentamento de situações de emergência.

## Reflexões e elucidações

Para melhor contextualizar esta análise, é necessário comentar sucintamente sobre as bases que me permitem avaliar esta questão. Toda a minha vida profissional foi assentada em instituições museológicas ou culturais, seja como funcionária<sup>12</sup> ou prestadora de serviços. Neste percurso deparei com inúmeras situações de emergência, sendo que algumas vieram a público, “pela própria magnanimidade do evento, e outras não”. Isto não significa que o impacto delas para as coleções tenha sido menor, apenas sua visibilidade foi estrategicamente conduzida. Dentre as que vieram a público estão as inundações ocasionadas pelas chuvas de granizo de 1998 que alagaram a reserva técnica do MAC-USP, localizada no prédio da Bienal, no Ibirapuera, e o prédio onde atualmente funciona o Museu Afro Brasil, também no Ibirapuera, que na ocasião apresentava uma exposição do Museu; e o incêndio ocorrido em 2007 no Centro Cultural São Paulo (CCSP), ocasionado pela queda de um balão. Embora os eventos tenham tido impacto semelhante nas coleções, a visão das labaredas, contrastando com o céu escuro, tem um efeito mais definitivo em nossa percepção e em nossa realidade do que a visão das águas atingindo as instalações. A água molha, mas seca. O fogo destrói tudo o que toca, que seja de origem vegetal ou animal, e normalmente vem acompanhado da água dos bombeiros, fuligem e combustão de alguns materiais.

Em ambos os casos, embora a resposta das instituições tenha sido rápida, o que garantiu o controle dos danos, constatou-se claramente o despreparo destas em lidar com situações de emergência, fato agravado pela falta de normatização e legislação em todas as esferas governamentais. Como já mencionado anteriormente, a maioria das normativas não estabelece diferenças entre a resposta a um sinistro em museu ou em supermercado, isto faz com que as equipes responsáveis pelo salvamento e controle dos eventos também não tenham preparo diferenciado.

No caso do CCSP, em aproximadamente trinta minutos, o fogo destruiu cerca de 400m<sup>2</sup> do teto. A água utilizada pelos bombeiros para interromper o incêndio atingiu as salas de exposição, a biblioteca e desceu até o piso técnico, último piso, ocasionando danos em partes dos materiais e documentos<sup>13</sup> não catalogados que se encontravam acondicionados nas salas de reservas técnicas. Como não era a minha primeira experiência com sinistros, e também a consciência de que o patrimônio danificado pode levar décadas para que possa novamente ser disponibilizado

<sup>10</sup> Disponível no endereço: [http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/dsci\\_publicacoes2/lib/file/doc/it\\_40\\_2018.pdf](http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/dsci_publicacoes2/lib/file/doc/it_40_2018.pdf)

<sup>11</sup> Disponível no endereço: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/DeclaracaoRioJaneiro.pdf>

<sup>12</sup> De 1988 a 1999 como conservadora-restauradora do MAC-USP. De 1999 a 2002 como diretora da Divisão de Preservação e Conservação do MAC-USP. De 2007 a 2011 como diretora da Divisão de Acervo do Centro Cultural São Paulo.

<sup>13</sup> Estavam acondicionados nestas reservas cerca de 500.000 itens pertencentes à Discoteca Oneyda Alvarenga, ao Arquivo Multimeios e à Biblioteca.

para o público, como pude comprovar trabalhando os materiais danificados pela grande inundação de Firenze<sup>14</sup>, esperava que aquele triste episódio pudesse ser a base de alguma mudança.

Após o evento, a primeira providência foi fazer um levantamento das deficiências detectadas internamente na instituição: as equipes não possuíam treinamento em situação de emergência; houve falta de comunicação entre as diferentes esferas gerenciais; houve deficiência na checagem periódica dos equipamentos; não havia mapeamento dos equipamentos e materiais disponíveis; não havia sinalização adequada dos conjuntos de acervo mais significativos e valiosos para a instituição e nem a identificação dos conjuntos de acervo mais frágeis; além disso, constatou-se, também, a complexidade que envolve o apoio das equipes terceirizadas quando as atividades necessárias não estão especificadas no contrato. Mesmo assim, deve-se registrar que, apesar da dimensão do sinistro, nenhum item do acervo se perdeu. A salvaguarda dos itens danificados só foi possível pelo envolvimento e capacidade de trabalhar em equipe dos funcionários, pela capacidade das equipes em respeitar a hierarquia estabelecida e pelo profundo conhecimento da instituição pelos funcionários.

Observou-se também que os danos poderiam ter sido minorados se os bombeiros conhecessem internamente a instituição, se tivessem treinamento para intervirem em espaços museológicos e se o tempo de resposta da vistoria oficial<sup>15</sup> tivesse sido menor.

Com base neste levantamento buscou-se reduzir as deficiências internas, e para enfrentar as externas optou-se pela união como fator de construção de novas práticas. Criou-se, assim, em 2007, o grupo denominado “Patrimônio e Proteção” formado por especialistas de diversas instituições<sup>16</sup> e conservadores autônomos. O Grupo, com reuniões mensais, atuava principalmente na conscientização da necessidade de elaboração de planos de emergência pelas instituições, na avaliação dos riscos, na aproximação com o corpo de bombeiros e em oficinas e *workshops*, que focavam a segurança e o treinamento através de simulações de crise. Em 2008, o Grupo decidiu, devido ao alinhamento de objetivos, solicitar permissão para o Comitê Nacional do Escudo Azul, com sede no Rio de Janeiro, para criar o Comitê Paulista. Com a autorização, que veio em dezembro do mesmo ano, o grupo passou a ser denominado Comitê Paulista do Escudo Azul – CPEA.

Para contextualizar o leitor, o Comitê Internacional do Escudo Azul (*International Committee of the Blue Shield- ICBS*), com sede na França, foi criado em 1996<sup>17</sup>, com base na Convenção de Haia de 1954, com o propósito de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e dar diretrizes para a reação diante de situações de urgência ocasionadas por conflitos armados ou catástrofes naturais, pautando-se nos seguintes princípios: ação coordenada, independência, neutralidade, profissionalismo, respeito às entidades culturais e inexistência de fins lucrativos. Para cumprir seus objetivos, o Escudo Azul tem três atribuições principais: prevenção de sinistros, medidas de urgência durante catástrofes e organização de equipes de reconstrução após os sinistros.

Infelizmente, descobriu-se posteriormente, em 2013, que o Comitê Nacional não estava regularizado e, portanto, não poderia ter dado a permissão para que o Comitê Paulista existisse. O CPEA que, naquele momento, possuía cerca de 50 membros e mais de 100 colaboradores, começou então um

<sup>14</sup> Em 1986 fiz estágio no Gabinetto GP Vieuxsax, em Florença, na Itália, cujo laboratório de conservação foi criado para restaurar os livros danificados pela grande inundação de Firenze, de 1966. O desastre atingiu mais de 800.000 volumes de livros, deixando-os destruídos ou danificados por água e lama. Segundo MINDLIN (1994), o material passível de recuperação foi levado para os Alpes, e lá se conservou congelado até que pudesse ser iniciado o trabalho de restauro. Embora o Instituto tivesse uma equipe grande e bem estruturada e trabalhasse por praticamente duas décadas nos restauros destes livros, a quantidade de itens para ser tratados era assustadora, impossível de estimar. É interessante observar que como o laboratório foi criado com a finalidade de tratar livros danificados pela água, desenvolveu processos e equipamentos que foram posteriormente utilizados por outros países.

<sup>15</sup> A vistoria oficial ocorreu cerca de doze horas após o controle do sinistro, o que poderia ter impactado negativamente no estado de conservação das obras atingidas.

<sup>16</sup> Instituições formadoras do grupo: Centro Cultural São Paulo, Pinacoteca do Estado, Museu de Arte de São Paulo, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, Arquivo Municipal, Biblioteca Mario de Andrade, Instituto Lina Bo Bardi, Museu Lasar Segall e Museu de Arte Moderna.

<sup>17</sup> Foi criado por quatro organizações não governamentais: Conselho Internacional de Arquivos (CIA), Conselho Internacional de Museus (ICOM), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e Federação Internacional de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). Estas organizações possuem âmbito de atuação internacional e reúnem profissionais das áreas de arquivo, bibliotecas, museus e monumentos.

processo de regularização do Comitê Nacional do Escudo Azul junto a ICBS. Regularização que se concretizou em 2016, mas que acabou por extinguir o CPEA e alijar o Grupo. Em 2018 a presidência do *International Council of Museums – Brasil* (ICOM Brasil), solicitou que o Grupo assumisse a transição e implantação do Comitê Nacional do Escudo Azul. O Grupo aceitou criar uma diretoria de transição, mas até o momento não temos respostas às nossas solicitações, o que nos impede de levar à frente este importante e necessário projeto. De toda forma, esperamos que Comitê consiga se firmar e criar ações necessárias para a salvaguarda das coleções em situação de emergência. Embora seja lamentável, em um país com tanta carência de informação, perder o trabalho realizado durante os oito anos de existência do CPEA.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo Comitê Paulista do Escudo Azul podemos citar: desenvolvimento de banco de dados de voluntários, com especificação da área de atuação; criação do site, com o objetivo de divulgar eventos importantes da área e oferecer informações e orientações sobre as ações de prevenção e proteção dos bens culturais; criação de grupos de estudo nas diversas vertentes de atuação em prol da segurança do patrimônio; realização de eventos, simulação de crise e treinamentos; participação em congressos e seminários objetivando divulgar a entidade; visitas técnicas em instituições para identificação de problemas e riscos; e a aproximação com o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo que, através de Holms que era membro ativo do Grupo Patrimônio e Proteção/ CPEA, resultou no aperfeiçoamento da minuta que converteu-se na Instrução Técnica N.40/2011,<sup>18</sup> que estabelece requisitos complementares de segurança contra incêndio em edificações históricas e de interesse do patrimônio histórico-cultural, bem como aquelas que abrigam bens culturais e/ou artísticos (HOLMS, 2019).

## Considerações finais

Devido ao fato de ter participado da coordenação do Grupo e posteriormente do Comitê Paulista do Escudo Azul, de 2007 a 2014, e tenha, durante este período, vivenciado a realidade estrutural de várias instituições culturais brasileiras, tenho convicção de que sem uma atitude madura e responsável por parte de nossos governantes estaremos fadados a ver nossas coleções, nossas raízes, serem constantemente arrancadas. O relato do porquê um comitê essencial para auxiliar em momentos de sinistros, como o CBEA, não estar operante no Brasil é necessário para que as memórias não se percam, mas acima de tudo para enfatizar que quando existe união e interesses comuns é possível ações propositivas sem necessariamente estarem vinculadas a organizações maiores. Aliás, muitas vezes a chancela de instâncias superiores pode transformar uma organização em vitrine política, onde os objetivos se tornam meios, impedindo sua ampla e completa eficiência nos momentos necessários. Com isso, não se está eximindo o Governo de fazer o seu trabalho de legislar e fazer cumprir as leis, de proteger o patrimônio cultural conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III, Título II, arts. 215, 216 e 216-A, CF88, mas reconhecendo que é importante todos assumirem compromissos, responsabilidades e eventuais culpas.

A perda do patrimônio cultural, seja ele arqueológico, etnográfico, documental, bibliográfico ou artístico, significa a perda da vinculação de um indivíduo ou de um grupo a uma tradição, a um sentimento de identidade nacional ou regional. As pessoas vêm e vão, os políticos vêm e vão, os governos vêm e vão, mas é o patrimônio cultural, em suas múltiplas vertentes, que liga as diferentes gerações e proporciona o sentimento de segurança, de raiz, de pertencimento.

## Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco*. São Paulo: Editora 34, 2011.

DORGE, V. e JONES, S.L. (compilação). *Building an Emergency Plan: a guide for museums and other cultural institutions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1999.

HARMATHY et al. *A Decision Logic for Trading Between Fire Safety Measures*. Fire and Materials, vol. 13. n. 1. Canada, 1989.

<sup>18</sup> Para consultar essa I.T.: [https://www.lennz.com.br/it/IT\\_40\\_2011.pdf](https://www.lennz.com.br/it/IT_40_2011.pdf)